

Teoria dos Regimes Urbanos:

Abordagens conceituais, desafios metodológicos

[Notas do 1º e 2º Seminários sobre Regimes Urbanos, ocorrido no Observatório das Metrópoles, Núcleo RMNatal, entre os meses de março a maio de 2016]

Equipe Natal-RN

Maria do Livramento Miranda Clementino (coord.)

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva

Lindijane de Souza Bento Almeida

Ilza Araujo Leão Andrade

Rita de Cássia da Conceição Gomes

Ana Mônica Medeiros Ferreira

*Versão para correção em 30 de maio de 2016

** Notas organizadas por **Alexsandro Ferreira C Silva**

Apresentação

Em quatro encontros – duas reuniões e dois seminários, o Observatório das Metrópoles Núcleo RMNatal debateu a Teoria dos Regimes Urbanos (TRU), a partir de alguns autores como H.V. Savitch e Paul Kantor (2002), Robert Dahl, Molotch, Mark Lauria, Bob Jessop, Mosserberger e Stoker, entre outros. Um dos objetivos dos seminários era ampliar a compreensão sobre os Regimes Urbanos, identificando suas linhas de composição teórica e suas possibilidades de aplicação nos Estudos Urbanos. Os participantes eram convidados a realizar uma leitura prévia dos textos, para posterior debate e construção de um entendimento comum quanto aos conceitos e variáveis utilizadas nas fontes. Desse modo, produzimos esse breve relato com o objetivo de contribuir com o Seminário Nacional do Observatório das Metrópoles Regimes Urbanos, a ocorrer nos dias 2 e 3 de junho de 2016.

1. O que é um Regime Urbano?

1.1 Os três reconhecimentos básicos: notas introdutórias

Um primeiro reconhecimento, realizado pelos diferentes autores, é de que uma teoria (ou abordagem teórica) sobre Regimes Urbanos passa pela interseção de três campos básicos do conhecimento, isto é, Ciência Política (pois discute Poder), estudos sobre Desenvolvimento (estudos sobre crescimento e desenvolvimento socioeconômico) e Estudos Urbanos (abordagens sobre cidades e dinâmica urbana). Tais campos básicos estruturam a análise de fundo dos Regimes Urbanos que é, grosso modo, uma forma de compreender a articulação política entre Estado e Mercado, mediada por diferentes/múltiplos agentes da sociedade, em um dado território urbano.

Tal articulação, entretanto, pretende se diferenciar das abordagens mais comuns ao Pluralismo (como em Robert Dahl, p.exemplo), Elitismo ou Elite Hegemônica (como em Wright Mills, p. exemplo), Estruturalismo ou Marxismo Ortodoxo. Nesse sentido, seria mais apropriado

falarmos em uma *abordagem diferencial da Teoria dos Regimes*, adaptado da Ciência Política aos Estudos Urbanos, do que uma Teoria propriamente dita.

Um segundo reconhecimento necessário é atinente ao contexto histórico e geográfico que produziu a bibliografia mais recente sobre a TRU; são dos países anglo-saxões – em especial dos Estados Unidos da América, as principais contribuições ao entendimento dos Regimes Urbanos, incluindo o debate teórico conceitual e suas aplicações em pesquisa de campo. Tal assertiva é fundamental para compreendermos quanto da carga teórica anterior foi responsável pela estruturação do pensamento sobre os Regimes Urbanos e qual debate acadêmico prevaleceu.

Por fim, cabe destacar um terceiro entendimento que dá conta do que se quer abordar. O foco dos estudos não é o Estado Nacional (ao contrário dos Regimes Políticos em si), mas sim a Cidade e o Urbano na perspectiva de que essa escala é plena de tensões e contradições entre as políticas do Estado e os interesses do Mercado. O foco das pesquisas está em tentar compreender a formulação e execução de uma agenda “pró-crescimento” urbano, não apenas do ponto de vista físico (cidade), ou dos diferentes contextos desse crescimento (urbano), mas sobretudo de uma *Economia Política da Cidade e do Urbano* respondendo a três questões básicas: Quem decide? Como decidem? Como se transformam? Da definição dessas três perguntas-chave, surgem significações de ordem histórica (a mudança dos regimes), política (a articulação entre os níveis de poder intergovernamental, no mercado e na sociedade), econômica (fatores decisivos que alimentam a existência do Regime Urbano) e cultural (na medida em que carrega um simbolismo de identidade, pertencimento, *status*, etc.).

Nisso, para cada significação (ou explicação prévia) surgem tipos ou formações temporárias com certa estabilidade que preenchem as lacunas da pesquisa empírica, *vis à vis*, os desafios teóricos abertos. Cada tipologia criada necessita de contextualização à luz de uma leitura anterior sobre o Poder e a Ordem urbana que se quer explicar. Desse modo, a TRU acaba por se fechar em um circuito de auto alimentação entre a composição de dados empíricos gerais (isto é, variáveis de economia, política, sociedade, etc.) e apropriações teóricas específicas (isto é, os diferentes enfoques sobre poder, cultura política, economia urbana, etc.).

Ao dizer isso não estamos atribuindo à análise uma tendência positivista, mas apenas destacando que não há consenso na formulação da estrutura de permanência ou de narrativa teórica que permita derrogar uma Teoria por completo. Isso fica evidenciado em alguns trabalhos-chave como, p. exemplo, de Mark Lauria e sua aplicação da Teoria da Regulação no TRU.

1.2. TRU e o pensamento sobre o Poder nas Cidades

Antecedentes

Certo debate entre Ciência Política e Cidade possui um histórico, no contexto estadunidense, que remonta ao início do Século XX, embora apenas no final dos anos de 1970 a abordagem dos Regimes Urbanos tenha iniciado sua ascensão na literatura acadêmica – ganhando cada vez mais destaque nos anos de 1980 e 1990. Nesse longo intervalo, as preocupações atinentes à Sociologia Urbana foram amplamente dominantes nos estudos urbanos, seguindo a linha aberta pelos pioneiros da chamada Escola Ecológica de Chicago, liderados por Robert Park.

Ao largo do debate acadêmico, o *Model City Charter* (1915) da *National Civic League*¹ trazia séria desconfiança da classe política, propondo uma limitação do poder local – em especial dos Prefeitos, combate à corrupção e controle na criação de cargos públicos. Uma gestão profissional na administração pública e o contrapeso de conselhos municipais, marcariam o debate sobre a Política Urbana sem uma base teórica ou pesquisas avaliativas de suporte – terreno dominado pelos sociólogos.

É a partir dos trabalhos de Edward C. Banfield e James Wilson (*City Politics*, 1963)² que o debate sobre a cidade na Ciência Política ganha fôlego; Banfield exige maior rigor na forma de analisar os fatos e menos assessoria aos grupos políticos ou associações cívicas, além de expressar sua preocupação com a fragmentação do poder político nas cidades norte-americanas. Em *City Politics*, Banfield e Wilson tratam dos conflitos – diferenças de opiniões e interesses na cidade – como um dado inerente à Política Urbana, e não exceção. As instituições existiram para resolver esses conflitos, mas a depender do arranjo político pode-se divergir dos interesses comuns passando à defesa dos interesses em particular. Em suas conclusões, os autores resumem suas preocupações e valores. Eles concluem que a quebra da máquina pública do “velho estilo”, e a ascensão de um meio mais apolítico, procedimentalista e profissional – todos produtos do *ethos* da classe média – foram mudanças naturais da cidade política, mas tais mudanças não foram necessariamente para melhor. A desconfiança de Banfield e Wilson é explicada, segundo Flash Jr. (1964, p.220), como decorrente do não-controle do governo sobre o contexto social e econômico que o cerca, isto é, mudanças de ordem tecnológica, localização industrial ou demografia estariam além da capacidade governamental de previsão ou administração.

A discussão de Banfield & Wilson (1963), embora fundamentada em dados empíricos, não foi conclusiva nem inovadora, pois dava continuidade a um outro debate sobre Poder Local expresso em *Who Governs?* de Robert Dahl (1957) e, antes dele, em C. Wright Mills em *The Power Elite* (1956). Mills, grosso modo, viu a Democracia estadunidense em risco pela emergência de um pequeno e poderoso grupo decisório, localizado no Poder Político, Poder Econômico e Poder Militar, uma tríade alinhada que impedia a livre expressão e renovação dos espaços decisórios. A reação de Dahl a essa visão foi no sentido de investigar na escala local – na pequena cidade de New Haven – se a democracia estava plena ou sob ameaça.

A resposta de Dahl, ao trazer dados sobre o processo decisório das políticas locais, é de que ainda era possível observar a capacidade livre dos indivíduos em influenciar a agenda local. Daí seu Pluralismo e Poliarquia, refutando a ideia de *uma* Elite. Na verdade, para Dahl, a poliarquia é um regime altamente permeável e descentralizado, onde a participação ocorre de modo não controlado, garantindo que a Democracia não possa ser liderada ou dominada. Mas isso não quer dizer que há poliarquia em todas as democracias; Dahl reconhece níveis poliárquicos, a depender dos condicionantes históricos e sociais que pressionam (diminuem) a Democracia e suas formas de expressão popular (DAHL, 1997)³

¹ A National Civic League foi fundada em 1894 como National Municipal League, por políticos progressistas como T. Roosevelt.

² BANFIELD, Edward C; WILSON, James Q. **City Politics**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press/MIT, 1963. FLASH JR. Edward S. **Reviewed Work. City Politics**. In. *Administrative Science Quarterly* vol. 9, No. 2 (Sep., 1964), pp. 219-223

³ DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

Tal linha é continuada por Nelson W. Polsby em *Community Power and Political Theory* de 1964, o que deu suficiente robustez teórica para uma dominância dos Pluralistas até os anos de 1970.

Com Clarence Stone (1976), esse debate entre Elitistas e Pluralistas ganha novos contornos agora com foco no urbano. Estudando a cidade de Atlanta, Stone relaciona poder político, racismo e projetos urbanos em uma linha argumentativa única, observando as mudanças de regimes urbanos no contexto de renovação da cidade. Personagens até então secundários nas explicações sobre o poder local surgem com maior nitidez como, p.exemplo, os proprietários imobiliários, os rentistas e os construtores.

Quase no mesmo momento, Molotch (1976) propõe uma das mais bem sucedidas abordagens em Política Urbana que é *a máquina do crescimento urbano*. Para Molotch, a coalizão pró-crescimento é formada para permitir acelerar as intervenções na cidade, em projetos como estádios de futebol, viadutos, complexos culturais, etc. criando uma adesão de grupos que, embora diferentes e até divergentes, possuem interesses comuns. Tal coalizão não age impunemente, mas sim pressionada por grupos sociais que ficaram de fora e que, por sua vez, acabam em influenciar a própria agenda. Disso resultará não uma estrutura rígida, mas sim coalizões flexíveis que se ajustam conforme a necessidade da agenda de investimentos urbanos. Molotch observa que é o interesse em desenvolver o solo urbano (no sentido de utilizá-lo para fins comerciais) que explica a Política Urbana nas cidades estadunidenses.

Os Regimes Urbanos: leituras iniciais

Clarence Stone (1993)⁴ rejeita o determinismo tanto do Governo quanto do Mercado, em sua capacidade de tomar decisões. Nesse sentido, a TRU seria um “meio termo” em busca de compreender as coligações [coalizões] dos grupos locais, formados para resistir a pressões externas ou realizar crescimento interno. Cooperação Cívica, é o termo usado por Stone. Não precisa ser formal, oficial, etc. pode vir de diferentes formas essa reação.

Os grupos formadores da Coalizão articulam-se mediados por um projeto que consiga transformar interesses em ações de ganho econômico. Tais ganhos conformam um ambiente de negócios que, por sua vez, sustenta a Coalizão e mantém o Regime Urbano em uma dada direção. Segundo Stone (1989), não necessariamente os agentes atuantes no Regime Urbano possuem total consciência de todo o processo, ou seja, não precisam atuar da mesma forma na Coalizão, mas contribuem (a partir dos seus próprios interesses) na manutenção do Regime. Mas qual o objetivo da Coalizão?

Um primeiro entendimento dá conta de que só faz sentido a existência de uma Coalizão em um ambiente de negócios, de ganhos econômicos, mesmo que outros interesses – social, ambiental, educacional, etc. – estejam pontuados na agenda. As diferentes formar dessa coalizão, definem diferentes tipos de Regimes. Ou seja, há de ocorrer algum nível de articulação entre o Público e o Privado.

Clarence Stone (1989)⁵ definiu quatro tipos: a) regimes de manutenção (*maintenance*) ou "zelador" – querem melhores serviços prestados, querem impostos mais baixos, querem a comunidade estável, etc. b) regimes de desenvolvimento (*development regimes*) – buscam

⁴ STONE, C. Urban regimes and the capacity to govern: A political economy approach. *Journal of Urban Affairs*, 1993 15:1-28.

⁵ STONE, C. *Regime politics: Governing Atlanta, 1946-1988*. Lawrence: University Press of Kansas, 1989.

modificar (transformar, desenvolver, alterar) o uso do solo visando o crescimento (criação de valor); c) regimes de classe média progressista (*middle-class progressive regimes*) – com agendas como meio ambiente, política cultural, patrimônio histórico, etc. d) por fim, regimes de Classe C (*lower-class opportunity expansion regimes*) em expansão – crescer em oportunidades de emprego, renda e moradia acessível (propriedade).

As diferentes formas de ligação entre Governo e Mercado (ou melhor, empresas) são guiadas por interesses mútuos e agendas de cooperação medidas por questões diversas – a criação de novos empregos, p.exemplo, contendo outras agendas aparentemente não-econômicas – questões raciais, ambientais, culturais, etc. Mas tal cooperação não é um dado em si, ela precisa ser conquistada, é alvo de luta, resistências, retrocessos e avanços. Essa característica instável do Regime decorre da necessidade não apenas de consenso, mas de incentivos e oportunidades transformadas em projetos urbanos.

A TRU está preocupada em compreender a manutenção – no tempo e no espaço – de regimes pró-crescimento a partir da análise de coalizões locais. **Coalizões são formações (arranjos) de poder** que possuem a capacidade de direcionar uma agenda de transformações com dois objetivos principais: a) Manter a própria Coalizão estruturada por um tempo mais longo (permanência); b) Manter a Coalizão com uma agenda de desenvolvimento econômico e urbano, ou melhor, um desenvolvimento econômico pelo urbano. Segundo Lauria (1997)⁶:

Coalizões pró-crescimento são vistas como uma das políticas de coalização que podem fazer as cidades ascenderem e precisam ser hegemônicas para um período largo de tempo para ser um regime corporativo. Ao mesmo tempo, empresarialismo é visto como uma das possibilidades da liderança tomar para si as políticas e a burocracia governamental. Assim, a TRU pergunta como e sob quais condições os diferentes tipos de coalizões governamentais emergem, consolidam-se e tornam-se hegemônicas e se transformam (LAURIA, 1997, p.2)

Em Fainstein and Fainstein (1983) as principais linhas de distinção de um regime urbano advêm de duas características estruturais da economia política: a) o governo local depende da cobrança de taxas para sobreviver – disso, precisam atrair ou renovar os investimentos para manter essas taxas e, assim, pagar as contas, b) mas o controle da produção é privado. No cerne, para Mark Lauria, está a acumulação do capital no urbano. Para tanto, Lauria utiliza a Teoria da Regulação para isso, dizendo,

Eu argumento que é necessário reconceitualizar as abstrações medianas do TRU pela interpretação da teoria da regulação. Teoria da Regulação é utilizada normalmente em direção quando se está desenvolvendo especificações de médio alcance. De uma faixa de maior alcance, nós conhecemos avaliar a estrutura local do capital e as variações de frações de capital dentro da coalizão governamental, olhar a emergência dos arranjos institucionais junto com a formação de consensos e a regulação social e avaliar as conexões externas da política local e os capitalistas (LAURIA, 1997, p.3).

⁶ LAURIA, MICKEY. Introduction: Reconstructing Urban Regime Theory. In: Lauria, Mickey (Ed.). Reconstructing Urban Regime Theory: Regulating Urban Politics in a Global Economy. SAGE Publications, 1997.

A ênfase dos diferentes autores, na busca pela conceitualização da TRU, está baseada nos pressupostos de articulação entre o governo, mercado e sociedade, onde atores trabalham de modo conjunto para garantir a governabilidade e o alcance de objetivos comuns. Para Stone (1989) essa coalizão não necessariamente precisa ser formal, pode ser construída também um campo de incertezas, dando ênfase nos arranjos locais, sob pressão externa.

O Poder é, para as abordagens dentro da TRU, o motor que impulsiona a reprodução social e a produção sócio espacial da cidade; a acumulação do capital, neste caso, é decorrente da capacidade de agregar poder e, conseqüentemente, deliberar sobre as políticas de investimento urbano.

Abordagem pela Teoria da Regulação

Regulacionistas argumentam que a acumulação é reproduzida por meio de uma dinâmica específica de relações entre produção, consumo e investimento, e a extensão e o grau de autonomia em fazer girar os circuitos de capital. Mas as formas particulares dessas relações estão sempre mudando, pelo tempo e pelo espaço, por causa dos ajustes inerentes a contradição e crises. As instituições ganham formas permanentes em sua Norma, mas mutáveis em seus Objetivos. O que importa é descobrir como funciona o Regime de Acumulação e quais relações ele estabelece.

Há duas hipóteses nesse caso, isto é, na ligação entre a TRU e a Teoria da Regulação: a) **Toda reestruturação econômica é desigual**. Logo, temos que conhecer os diferentes constrangimentos (locais e externos) que mantém esse regime ao mesmo tempo avançado (pró-crescimento) e diferenciado (quem se apropria do quê?) b) a estrutura de Capital e representação das frações de Capital locais **são afetadas pela natureza da coalizão governamental**, dos regimes urbanos potenciais e suas estratégias de desenvolvimento urbano (LAURIA, 1997).

A atração da teoria de regulação exerce é um modo de ligar as mudanças da economia com as mudanças na política. Aqui, o estado e as políticas locais são parte de um modo de regulação dentro de um regime de acumulação particular. Um modo fordista, por exemplo. A passagem de um regime a outro dependeria das diferentes estruturas dos regimes urbanos. A primeira solução que ajuda a explicar isso está em um nível mais abaixo da abstração. Por exemplo, nós conhecemos que a reestruturação econômica ocorre desigualmente, para que possamos supor que diferem em constrangimentos econômicos externos podem começar a explicar a diferenciação em estruturas de regime urbanas específicas e políticas. Segundo, nós podemos ter a hipótese que a estrutura de capital e representação das frações de capital locais são afetadas pela natureza da coalizão governamental, dos regimes urbanos potenciais e suas estratégias de desenvolvimento urbano (Cf. LAURIA, 1997).

Abordagem “neo-gramsciana” dos Regimes Urbanos

Em Bob Jessop (1997)⁷ a abordagem teórica sobre regimes urbanos é realizada a partir de uma leitura neo-gramsciana acerca da regulação, bem como leva em conta a abordagem de

⁷ JESSOP, Bob. **A neo-Gramscian approach to the regulation of urban regimes: accumulation strategies, hegemonic projects, and governance**. In LAURIA, Mickey. ed., *Reconstructing Urban Regime Theory*, London: Sage Publications, 51-73, 1997.

Gramsci sobre a necessidade das relações recíprocas entre o Estado e a sociedade civil. Jessop justifica esse modo de olhar os regimes urbanos, devido a articulação de dois componentes fundamentais: a) formação de blocos de poder hegemônicos e, b) regimes de acumulação de capital e seus modos de regulação. Jessop vai além e imagina uma esfera política como um campo de domínio onde os atores buscam redefinir uma “vontade coletiva” em dada comunidade, levando o governo (e suas práticas) a fomentar projetos que, ao mesmo tempo, o mantém ativo nesse campo.

As regularidades do funcionamento da economia – defendidas pelos intelectuais- são estratégias que forjam certa consciência sobre o domínio, a prevalência das suas ações no conjunto da comunidade política. Por esse motivo, não interessa ao capitalista apenas o seu próprio negócio, mas também as relações de poder externa que podem ampliar ou diminuir o alcance dos seus interesses. Disso, Jessop coloca que um regime de acumulação e um regime de regulação andam juntos, na auto-valorização do capital pela regulação. Diz Jessop – a partir de Gramsci- que, “um bloco hegemônico é uma aliança duradoura das forças de classe organizadas por um grupo ou classe que é capaz de exercer liderança política, intelectual e moral igualmente sobre as classes dominantes e as massas populares” (1997, p. 57).

Stoker citado por Jessop afirma que a teoria do regime enfatiza "a interdependência entre as forças governamentais e não-governamentais para enfrentar os desafios econômicos e sociais" (1995,p 54; cf. Stone 1993). (p.59)

Além disso, dado que uma abordagem regulacionista neo-gramsciana está preocupada com a economia em seu sentido inclusivo, se parece ainda mais adequado para lidar com o papel do governo e governança na resposta aos desafios econômicos contemporâneos. (p.60). Neste espírito, Bob Jessop sugere oito lições para o estudo da governança econômica local. (p.60)

1. A primeira lição diz respeito aos objetos de governança.
2. A segunda lição decorre da abordagem regulação e trabalho sobre a governança da complexidade.
3. A lição três introduz o conceito neo-gramsciano de estratégia de acumulação para construir a demarcação de um espaço econômico gerenciável e suas condições extra econômicas.
4. A lição quatro diz respeito à necessidade de examinar a relação entre estratégias de acumulação locais e prevaletentes projetos hegemônicos.
5. A quinta lição deriva da teoria do Estado e formas específicas de seletividade estratégica.
6. A sexta lição é mais claramente neo-gramsciana e diz respeito ao âmbito de tais estruturas de poder.
7. A sétima lição é que, seja quais forem as formas estruturais específicas e os projetos políticos a sustentar ou, pelo menos, privilegiando o bloco governista em regime urbano, há também uma necessidade de um repertório adequado de mecanismos e práticas de governança.
8. A oitava lição é cautela.

Seria um erro grave supor que um modo local de crescimento, um modo local de regulação, ou um regime urbano pode existir em isolamento do seu ambiente. Bob Jessop conclui seu texto com duas lições adicionais; em primeiro lugar, como já mencionado acima, seria errado atribuir qualquer (e muito menos todas) das alterações identificadas na teoria regimes urbanos simplesmente para o efeito das mudanças econômicas. A abordagem regulação é útil para contextualizar as mudanças na natureza dos regimes urbanos, mas não pode explicá-los diretamente. (JESSOP, 1997,p.72)

Em segundo lugar, a partir de um ponto de vista mais centrado no Estado, seria errado sugerir que qualquer uma destas tendências são puramente atribuíveis às mudanças econômicas. Também podem haver razões distintas políticas (além das razões econômicas) alertando gestores e/ou outras forças políticas relevantes para se envolver em redesenho institucional e reorientação estratégica a respeito da estratégia econômica local (cf. Jessop 1992a; 1995a; 1995c). (p.72)

2. Construção das variáveis à análise dos Regimes Urbanos: [em construção]

Considerando as quatro variáveis apontadas no Seminário Nacional sobre Regimes Urbanos, temos: a) Governo, b) Mercado, c) Controle Popular, d) Cultura Local.

a) Pressupostos teóricos que embasam a variável

Conceitos-chaves:

PODER. Poder Local – Poder Sistêmico – Regimes de Poder. Nas democracias representativas, onde o regime político envolve e é envolvido pelo regime de acumulação do capital, certos agentes organizam-se em grupos (coalizões) com objetivo de transformar uma agenda particular (interesses particulares do grupo) em uma agenda política pública (interesses gerais e coletivos). Os mecanismos atuam na dimensão simbólica, material e normativa (regulada); os objetivos estão definidos pela capacidade de direcionar os investimentos públicos.

CONTROLE SOCIAL. Controle social e popular – Mecanismos de participação – Aparato simbólico da participação – capacidade de mover sentimentos e interesses coletivos. Não necessariamente esse controle pertence ao grupo hegemônico – do Estado ou do Mercado, mas precisa ser envolvido no regime, para evitar conflitos e contraposições.

COALIZÃO. Arranjo de indivíduos, grupos e classes direcionados a um objetivo comum: manter e expandir uma agenda de investimentos públicos, direcionando-os ao crescimento econômico privado. Há uma forte pressão por formar e dar durabilidade a uma coalizão que mantenha o crescimento econômico urbano em níveis cada vez maiores.

AGENDA. Há de considerarmos a formulação da Agenda em Políticas Públicas, com foco nas políticas urbanas: quem elabora? Quem decide? Quem arregimenta esforços? Como financiar, etc. É a agenda que permite ao grupo da coalizão verificar o andamento do seu apoio, perante uma comunidade política.

CAPITAL. Econômico – Cultural – Simbólico – Humano, etc.

ESTADO.

MERCADO.

TERRITÓRIO.

b) Leitura crítica dos pressupostos teóricos tendo em vista o contexto brasileiro

É possível uma leitura dos pressupostos teóricos do Regime Urbano na América Latina e no Brasil?

c) indicadores utilizados na construção da variável e sua aplicabilidade para o contexto brasileiro

Caracterizar o Regime existente

- **Poder Local**, suas formas e expressões (quem decide? Quais formas o poder assume para decidir? Que estruturas e instituições estão diretamente ligadas ao processo decisório? Quais expressões sociais que esse exercício do poder causa?)
 - **Regime de Acumulação Urbana** (como produz-se o Capital? Como circula? Como é distribuído? Qual o papel do solo urbano? Quem orienta o crescimento?)
 - **Agenda da Política Urbana** orientada por uma Coalizão (quem elabora? Qual o debate no entorno da agenda? Como a decisão é tomada?)

Identificar a Coalizão existente:

- **Formas de Parceria e normas de ajuste** (como os agentes se organizam? Como chegam aos acordos? Quais normas e instituições são utilizadas?)
 - **Durabilidade e crises dentro da Coalizão;** (qual padrão no tempo e no espaço? Há transformações? Como identificar as linhas de permanência e as linhas de falha?)
 - **Formas de elaboração, orientação, gestão e execução da Agenda** (instituições, leis, normas, movimentos de pressão, movimentos de acomodação e repressão, etc.)

d) proposições alternativas para uma leitura crítica do contexto brasileiro

REFERÊNCIAS

Stone, C. N., *Economic Growth and Neighborhood Discontent: System Bias in the Urban Renewal Program of Atlanta* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1976).

Stone, C. N., *Regime Politics* (Lawrence: University of Kansas Press, 1989).

Mollenkopf, J., *The Contested City* (Princeton: Princeton University Press, 1983).

Molotch, H., "The City as a Growth Machine," *American Journal of Sociology* 82 (1976), pp. 309-330.

Dahl, R. A., "The Concept of Power," *Behavioral Science* 2 (1957), pp. 202-210.

Dahl, R. A., "A Critique of the Ruling Elite Model," *American Political Science Review* 52 (1958), pp. 463-469.

Dahl, R. A., **Who Governs?** Democracy and Power in an American City. New Haven: Yale University Press, 1961.

Dahl, R. A. and Lindblom, C., **Politics, Economics, and Welfare**, 2nd ed. (Chicago: University of Chicago Press, 1976).

FAINSTEIN, N., AND S. FAINSTEIN. Regime strategies, communal resistance, and economic forces. In. FAINSTEIN, N.; FAINSTEIN, R.; HILL, R.; JUDD, D; SMITH, M. (ed.) **Restructuring the city**: The political economy of urban redevelopment. New York: Longman, 1983. 245-8